

Dívida de SP dobra e já beira os R\$ 4 bilhões

Paulo Píotó/AE

A dívida mobiliária do Município cresceu 106,10% em 1995, aumentando de R\$ 1,917 bilhão em janeiro para R\$ 3,951 bilhões em dezembro; futuras administrações poderão ter de reduzir investimentos, diz especialista

FLÁVIO MELLO

A dívida mobiliária do Município de São Paulo, representada pelos títulos emitidos pelo Tesouro Municipal, cresceu 106,10% em um ano. Relatório divulgado ontem pelo Banco Central mostra que o total dessa dívida aumentou de R\$ 1,917 bilhão em janeiro para R\$ 3,951 bilhões em dezembro de 1995.

Os críticos do governo Paulo Maluf afirmam que o endividamento trará dificuldades para o próximo prefeito, mas economistas da Universidade de São Paulo (USP) garantem que esse problema tem de ser analisado com base em números relativos e não absolutos.

O deputado federal Arnaldo Madeira (PSDB), que sempre acompanhou o questão da dívida pública de São Paulo, disse que as próximas administrações poderão enfrentar sérios problemas com o pagamento dos juros que incidem sobre a dívida. Madeira explicou que, como as taxas de juros estão muito elevadas, a tendência é de que a dívida mobiliária aumente ainda mais e as próximas administrações tenham de dispor de uma parcela maior do orçamento para fazer o pagamento.

"Quanto maior o endividamento, maior é o pagamento do que se chama serviço da dívida", afirmou

o deputado. Ele observou que no fim da administração da prefeita Luíza Erundina a dívida mobiliária era de US\$ 643 milhões e, com as novas emissões e os juros, o total cresceu mais de 200%.

Provisão — A provisão para o pagamento da dívida pública no orçamento de 1996 superou a que foi feita para o pagamento das despe-

sas com pessoal. A proposta aprovada em dezembro de 1995 pela Câmara prevê R\$ 720,4 milhões para a dívida, enquanto para despesa com pessoal serão destinados R\$ 458,6 milhões.

O presidente do Conselho Regional de Economia do Estado de São Paulo e professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC), Antônio Corrêa de Lacerda, concorda com a tese de Madeira.

É ELEVADA, MAS NÃO UM DESPROPÓSITO, DIZ PROFESSOR

"A dívida cresce muito em razão dos juros, o que poderá levar as futuras administrações a reduzir investimentos para pagar esse serviço", afirmou. Ele observou que isso se aplica não só ao município de São Paulo.

A visão acadêmica em relação à dívida pública é um pouco mais branda. O professor de administração financeira da USP, Roy Martelanc, disse que o total da dívida mobiliária é elevado, mas não "des-

propositado".

De acordo com Martelanc, enquanto a Prefeitura conseguir manter a arrecadação superior à dívida a situação não será tão preocupante. "O único problema é se o município ou o Estado não conseguir superávit para amortizar o total da dívida", explicou.

Otimismo — O vice-presidente do Banco BMC, o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, acredita que o total da dívida mobiliária e a sua rolagem não vão comprometer as finanças de São Paulo.

"A cidade é rica, portanto acho muito pessimista essa visão de que o pagamento dos juros poderia comprometer investimentos no futuro", comentou. De acordo com Mailson, o único problema é que será difícil a rolagem da dívida, aprovada pelo Senado Federal, ser negada aos demais Estados e municípios, embora o governo queira controlar o déficit público.

